

Terça-Feira, 17 de Fevereiro de 2026

## "Careca do INSS" depõe agora à CPMI; assista ao vivo

**Empresário não compareceu na última comissão, após decisão do ministro André Mendonça que desobrigou sua presença**

Laura Molfese, da CNN\*, São Paulo 25/09/25 às 09:41 | Atualizado 25/09/25 às 11:24

A CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ouve nesta quinta-feira (25) o depoimento do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o “**careca do INSS**”.

No início da comissão, o deputado federal **Zé Trovão (PL-SC)** e o advogado **Cleber Lopes**, defesa de Antônio Carlos, discutiram e levaram à suspensão temporária da sessão.

Acusado de operar um esquema de desvio de recursos de aposentados e pensionistas cadastrados no INSS, o empresário foi detido pela PF (Polícia Federal) e está preso desde o dia 12 deste mês.

A previsão era de que o empresário comparecesse à reunião do dia 15, mas segundo o presidente da comissão, senador **Carlos Viana (Podemos-MG)**, a defesa comunicou o cancelamento na mesma manhã.

Após a decisão do ministro relator do caso, **André Mendonça**, do STF (Supremo Tribunal Federal), o “careca do INSS” não teria obrigação de comparecer à comissão.

No entanto, uma reunião que analisava a convocação de familiares do empresário foi aprovada. Um dos requerimentos mira Tânia Carvalho dos Santos, esposa do “careca do INSS”, que teria feito movimentações financeiras suspeitas, e Romeu Carvalho Antunes, filho do empresário.

Além de Antônio Carlos, o empresário Maurício Camisotti também foi preso durante a operação da PF. Ele é investigado como um dos beneficiários finais das fraudes envolvendo associações ligadas a beneficiários. O empresário tem negado as acusações.

Entre os pedidos pautados, está a solicitação de prisão preventiva do advogado Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, que prestou depoimento na CPMI na semana passada.

Também está na pauta a quebra de sigilo bancário e fiscal do advogado. Ele foi alvo de buscas e apreensões em 12 de setembro, em São Paulo. A PF pediu a prisão do advogado, mas a solicitação não foi autorizada pelo STF.